



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: A RECEPÇÃO DE CALOUROS COMO UMA INTERVENÇÃO AFIRMATIVA.

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Ricardo Dias de Castro¹, Mariana Moreira Silva², Cecília Contingui da Silva³, Gabriela
Nayra Trindade de Oliveira⁴, Carla Beatriz Rosário dos Santos⁵, Claudia Mayorga⁶.

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ PBEXT- Ação
Afirmativa/Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Resumo

O trabalho apresentado pretendeu fazer uma retomada de alguns pontos da história do ensino superior público e da universidade brasileira como forma de introduzirmos a importância da adoção das ações afirmativas e da política de cotas no cenário atual brasileiro. Diante de um histórico institucional tão excludente e pouco democrático, atualmente, a universidade pública tem sido interpelada por setores negros e populares o que tem tido como efeito a necessidade da universidade pensar esses novos estudantes e, fundamentalmente, pensar a si mesma. Para ilustrarmos a nossa posição, optamos por publicar uma das atividades de um projeto de extensão voltado para a trajetória de estudantes negros, pobres e indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ UFMG. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Bolsista FAPEMIG

² UFMG. Graduanda de Psicologia. Bolsista PBEXT- Ação Afirmativa

³ UFMG. Graduanda de Psicologia

⁴ UFMG. Graduanda de Psicologia

⁵ UFMG. Graduanda de Gestão Pública. Bolsista PBEXT- Ação Afirmativa

⁶ UFMG. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Se a extensão, historicamente, foi pensada para ser o elo da universidade com outros setores da sociedade; em nosso projeto, ela foi o dispositivo responsável para uma interpelação de "nós mesmos". Propomos, portanto, que uma recepção a esse corpo discente – os calouros – pudesse acontecer, não a partir de boas-vindas generalistas e universais, mas, sobretudo, embebida em um projeto afirmativo de universidade. A recepção afirmativa, nesse sentido, foi uma de nossas ações responsáveis por dialogar com os novos estudantes da graduação e apresentar-lhes uma universidade diferente, onde os horizontes democráticos - ainda com todos os impedimentos históricos - têm sido construídos de/para/com sujeitos com trajetórias populares e negras.

Palavras-chaves: ações afirmativas, extensão, recepção afirmativa.

Introdução

Falar de políticas públicas que visam à politização e a fortificação acadêmica de trajetórias populares e negras na universidade exige de nós – sociedade civil, militantes e pesquisadores - um acúmulo de posições, conhecimentos e de um reconhecimento de que essa história democrática vem sendo construída há anos. Podemos falar do processo de democratização do ensino superior público por diversas vias e torna-se, muitas vezes, difícil fazer essas escolhas dada a complexidade política, acadêmica e social do tema. Ao se falar sobre esse assunto, certamente, recortes são feitos; recortes em períodos e eventos históricos, em momentos políticos e discussões datadas, em algumas lutas democráticas, bem como em avanços e problemas que, contemporaneamente, vivemos no contexto de institucionalização dessas políticas. Tentaremos, pois, expor os nossos caminhos teóricos e de análise, nesse trabalho, que propomos. Nesse sentido, apresentaremos, a partir de um projeto de extensão realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no âmbito do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, algumas reflexões acerca da democratização da universidade pública brasileira e de como essa instituição, hoje, interpela-se e é interpelada por posições que exigem a reconstituição das lógicas, da dinâmica e da política universitária vigente até então.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Universidade e o Ensino Superior Público no Brasil

Retomar a universidade pública, no Brasil, não é uma necessidade que se dá, apenas, porque o local da nossa problemática de intervenção seja tal instituição; mas acreditamos na potencialidade que retomadas históricas podem nos dar nos panoramas políticos, nas ressonâncias e nos efeitos históricos que permanecem, reatualizam e avançam no decorrer do tempo. Isso significa que retomar a construção da universidade pode nos oferecer elementos e referências de onde essa instituição deixe de ser, apenas, um local geográfico e nos possibilite identificar lugares sociais e simbólicos nos quais os sujeitos de pesquisa e intervenção circulam. Partimos de uma compreensão da universidade como uma instituição que revela problemas e dilemas que marcam a sociedade brasileira,

produzindo e reproduzindo lógicas de poder. Mas que, em contrapartida, também constrói espaços para o seu enfrentamento e resistência. Nesse sentido, olhar para a universidade desvelando a lógica elitista, meritocrática e segregacionista na qual ela foi construída, dar-nos-á elementos para pensar a sua institucionalização na subalternização dos conhecimentos, das vivências e dos povos negros. A história da universidade, no Brasil, é muito complexa e nada consensual, mas, de qualquer modo, podemos afirmar que ela é uma instituição que denuncia lugares sociais e simbólicos nos quais sujeitos populares e negros co-participam com ambigüidades, dilemas, problemas, mas também, com resistências. Para fins desse projeto, recorreremos a considerações que apontem para como o projeto universitário brasileiro esteve associado a ideais eurocêntricos, brancos e elitistas (MAYORGA, COSTA & CARDOSO, 2012).

Feres Júnior (2006) ao discorrer sobre como se deu o processo de importação de um projeto moderno de sociedade para o Brasil, explicita que junto a essa noção de moderno, teorias e pensamentos racistas foram, também, importados no período em que o Brasil começava a pensar em um projeto nacional de unificação. Isso significa que todos os elementos que atravessaram a construção de um país – antes colonizado e agrário - para um país industrial e arrojado; foram embebidos em um projeto branco europeu de progresso. Os efeitos desse projeto brancocentrado de sociedade moderna tem sido um dos

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



principais pilares de construção de lugares de poder na sociedade brasileira: vide os princípios de individualismo, meritocracia, supervalorização do privado em detrimento do público e uma universalização que elimina e desconsidera saberes e experiências não hegemônicas. Com a universidade não foi muito diferente. A instituição do ensino superior, pode-se dizer, foi construída baseada em um conjunto de princípios e valores, entre eles, a subalternização dos povos negros que foram aliçados da construção e da participação desses espaços de prestígio sócio-cultural-econômico das elites. Ainda que esse projeto hegemônico (branco, patriarcal e elitista) perdure enquanto discurso e modos de institucionalização dos espaços de poder e privilégio que existem no Brasil, há grupos que, historicamente, excluídos da universidade, tem-na acessado. O número de negros no espaço da universidade tem aumentado e essa instituição tem tido que lidar com um espaço em que antes, a negritude e a pobreza tinham um lugar, apenas, marginalizado. (PROGRAD/UFMG, 2015)

Ora, a educação superior surge de forma tardia no contexto brasileiro, se comparada com os outros países das colônias espanholas e inglesas. No seu período de implementação, uma série de estratégias foram criadas pela elite brasileira à época, sobre quem poderia ocupar este espaço e o espaço universitário logo começa a ter um status de erudição, alto status social, boa retórica e requinte intelectual.

As transformações do ensino superior, nas primeiras décadas da República, por sua vez, foram marcadas por um aumento de vagas e por uma reforma no sentido de ampliar cada vez mais o acesso dos sujeitos da elite ao sistema educacional. Paralelamente, os latifundiários queriam filhos bacharéis ou "doutores", e os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, enxergavam na escolarização dos filhos um meio de ascensão econômica e melhoria de vida. Mas à medida que o ensino superior se transformava pela facilitação do acesso, mediante a multiplicação de escolas e a modificação das condições de ingresso, cresciam as resistências a esse processo. Outra reforma de ensino ocorreu, em 1911, com a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República. Houve o fim do privilégio do Colégio Pedro II e demais escolas secundárias – acirrando a disputa entre a população – bem como, houve exames vestibulares, para a seleção dos candidatos ao ensino superior. Vale a pena dizer, aqui, que

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



os conhecimentos arguidos e necessários para o acesso ao ensino superior se relacionavam ao capital social e cultural confiados aos membros de uma elite política e econômica, que numericamente inferior, já tinha privilégios de acesso e direitos. Nesse período, o título acadêmico transformou no sonho das famílias da elite brasileira, o que aumentou, durante a vigência da lei orgânica (1911-1915), a oferta de ensino superior: formaram-se levas de doutores e bacharéis e perdeu-se a raridade do ensino superior. A insatisfação com a educação superior mais ampliada levou a uma nova reforma em 1915, afinal aonde iria parar a excelência e a exclusividade de um saber que agora era mais compartilhado? O vestibular – assim como o conhecemos hoje em dia – foi oficializado e o caráter seletivo e discriminatório dos aprovados aumentaram, uma vez que nem todos tinham direito a matrícula se as vagas fossem, antes, completadas (MAYORGA, COSTA & CARDOSO, 2012)

Por sua vez, promulgado o Decreto 19.851, em 11 de abril de 1931, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras⁷; a admissão aos institutos de ensino superior continuaria dependente de aprovação nos exames vestibulares, além da apresentação, pelos candidatos, de certificado, de conclusão do curso secundário e de prova de idoneidade moral (CUNHA, 2000). Tudo isso em um período em que a moralidade de negros e pobres era questionada pelo Estado que criminalizava a vadiagem desses grupos sociais. Esta progressiva construção da universidade como um lugar restrito à elite começa, por outro lado, a ser questionado, também, nesse ano, com a Reforma Francisco Campos desse mesmo decreto, que constituiu como a primeira tentativa de regulamentação da Assistência Estudantil no Brasil, atingindo status constitucional em 1934 (ESTRADA & RADELLI, 2014).

O regime militar, por sua vez, encontrou um ensino superior que consolidava os interesses e demandas políticas e ideológicas das classes dominantes e das instituições religiosas que apoiaram o golpe de 1964.

7 Aqui, a ideia de Universidade com a qual operamos, atualmente, começa a se delinear.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Em 1968, promulga-se a Lei n 5.540, denominada Lei da reforma Universitária. Além da escolha do Estado em fazer das universidades públicas locais de atividades de pesquisa - em consonância com o projeto econômico desenvolvimentista e positivista da época (CUNHA, 2000; MAYORGA, COSTA & CARDOSO, 2012).

Em tempos atuais, a universidade continua sendo submetida e interpelada, a partir de/contra seus alicerces históricos tão consolidados na sua construção e institucionalização no Brasil. Todo esse histórico nunca ocorreu sem que houvesse resistência e tentativas de mudança diante de um cenário tão pouco democrático para o acesso ao ensino superior público. A história dos movimentos negros nos mostra como sujeitos e coletivos construíram condições de se posicionar críticos e contrários a esse projeto hegemônico brancocentrado e elitista de universidade e de ensino. O debate das ações afirmativas aparece, então, como uma das respostas mais consolidadas, na história do Brasil, para todo esse histórico institucional de exclusão.

Políticas de ação afirmativa e a democratização do ensino superior público brasileiro

O termo ação afirmativa chega, ao Brasil, com uma pluralidade de sentidos, em função dos debates e das experiências históricas dos países em que essas políticas foram desenvolvidas. Ainda que o termo Ação Afirmativa tenha origem nos Estados Unidos, - na década de 60 em um período de reivindicações democráticas e de movimento pelos direitos civis – políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades entre grupos historicamente desiguais encontram-se datadas em períodos anteriores. Ao que se tem notícia, as ações afirmativas foram aplicadas, pioneiramente, pela Índia, durante a década de 1950, quando a Constituição estabeleceu cotas nas legislaturas em função da sua estratificação social baseada em castas que hierarquizavam alguns grupos no país.

⁸ Ações voltadas à moradia universitária, alimentação, saúde, transporte, acesso à cultura, tornam-se, aos poucos centros de preocupação das universidades. Em 1961, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), abre caminhos para avanços na garantia de assistência social, médica e odontológica, bem como o direito a bolsas para custeio parcial ou total dos estudos. Entretanto, como recupera Costa (2010), apesar das conquistas, a LDB não visava uma proposta de mudança “radical” na estrutura da educação superior brasileira, e sim dava continuidade ao projeto de ensino superior vigente com cátedras vitalícias, faculdades isoladas e um enfoque voltado, exclusivamente, para o ensino e sucesso escolar.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A partir desse modelo inicial indiano, a ação afirmativa tem sido aplicada em diversos países, em grande parte, em populações colonizadas e que obtiveram hoje desdobramentos multiétnicos e/ou multirraciais, como resposta a pressões de movimentos sociais pela elevação da qualidade devida e das condições de mobilidade social de grupos historicamente desprivilegiados. Seu público-alvo, também, variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres⁹. A ação afirmativa pode ser vista, portanto, como uma política pública que prevê o tratamento desigual aos desiguais, denunciando as falhas na legislação de orientação universalista que se revela impotente para resolver problemas derivados da persistência de padrões sociais de exclusão e discriminação ao longo da história. (FERES & DAFLON, 2015; MOEHLECKE, 2002; SILVÉRIO, 2002).

No Brasil, a história da instituição da ação afirmativa é muito recente e, intimamente, ligada às cotas sociais e raciais na universidade pública. Como decorrência de muita luta e debates públicos, em 2001, o governo federal assinou a Declaração de Durban - realizada nessa cidade, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 comprometendo-se a criar políticas afirmativas que visassem a combater a discriminação racial. As leis de ação afirmativa foram sendo implementadas, ao longo dos anos 2000 por algumas universidades estaduais e, também, por resoluções de conselhos universitários que disseminavam medidas similares em universidades estaduais e federais (implementação de políticas de bônus e cotas que aumentavam a nota de candidatos de escola pública e negros); ao mesmo tempo em que programas federais como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) 10 proporcionaram incentivos para que as instituições federais de nível superior adotassem essas políticas. No dia 26 de abril de 2012¹¹. Nesse momento, o sistema de cotas raciais na educação superior no Brasil se tornou constitucional. (PAULA, 2013; FERES & DAFLON, 2015; GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2007; SITO, 2014; SOARES, 2004; LERNER, 2015).

⁹ Não há consenso se as políticas reparatórias para as mulheres devem ser incluídas na definição de Ação Afirmativa, mas certamente, elas são entendidas como políticas de acesso diferenciado que visam à democratização da sociedade.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

As cotas universitárias, portanto, complexificam o debate das ações afirmativas no Brasil. Por um lado, comemora-se a sua vitória e os seus efeitos imediatos na atmosfera pública e dos direitos; por outro, novas perguntas e problemas surgem. De fato, são problemas que não inviabilizam o seu uso no Brasil, mas, de qualquer modo, é de extrema importância sofisticar os estudos sobre essas políticas como modo de potencializar o seu propósito democrático numa sociedade como a nossa. O problema da associação da experiência dos negros com a experiência da pobreza, por exemplo, devem servir para que possamos potencializar as trajetórias desses estudantes e não essencializar essa perversa relação entre negritude e carência. Pensar a utilização de cotas e de uma política afirmativa radical que lide com problemas nodais da história brasileira, não só garante uma trajetória acadêmica bem sucedida para negros e populares; mas desconstrói pilares tão engessados em uma instituição como a universidade pública: “tanto os elementos dos quais lançamos mão para estabelecer os critérios da meritocracia, a dinâmica institucional burocratizada, quanto as concepções de ciência hegemônica presentes na universidade” (MAYORGA E SOUZA, 2012, p.279)

A extensão como um dispositivo para a democratização da universidade

O caráter excludente da universidade teve resistências e, historicamente, foi imputado à extensão, esse lugar de ser o diálogo de uma instituição elitista com os setores mais populares da sociedade. De qualquer modo, é sabido que essa função da extensão possui muitos problemas e o seu lugar que foi construído historicamente como um lugar desprivilegiado, na universidade, colocou limites à potência extensionista dessa instituição. Alternando entre a lógica da prestação de serviço e de ações que visam à aproximação com a população, a extensão no ensino superior público brasileiro é marcada por ser uma dimensão menos importante da universidade, ainda com leis e instituições que garantam e legitimam a sua função pública.

¹⁰As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

¹¹No caso das universidades públicas federais, a Lei 12.711/2012 estipulou um duplo critério: todas as vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas vêm com a exigência de que eles procedam de escolas públicas, e a metade delas é reservada para aqueles que possuam renda familiar per capita abaixo de 1,5 salário mínimo.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



As concepções de extensão e a institucionalização de suas diretrizes, políticas, e estruturas organizacionais se desenvolveram em direção à sociedade, se atentando às suas demandas – algumas vezes de maneira assistencialista -, e criando uma via dupla de troca de saberes e conhecimentos populares e acadêmicos, onde o poder acadêmico se sobrepunha ao saberes de fora da universidade.

Mesmo com o discurso da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão da universidade pública, os discursos e perspectivas sobre extensão são muito diversos e há posições desde perspectivas assistencialistas, de prestação de serviços até perspectivas baseadas em princípios dos direitos, emancipação e transformação social. Partimos de uma compreensão da extensão, nesse sentido, que seja capaz de garantir o estabelecimento de práticas acadêmicas importantes que viabilizem a relação transformadora entre sociedade e universidade; podendo ela ser o ponto central na democratização do conhecimento por meio da troca de saberes e com a participação efetiva da comunidade no espaço acadêmico. (MAYORGA, 2010)

Quando a constituição estabelece a indissociabilidade entre esses três alicerces da universidade, mais do que afirmar que todas precisam existir e receber apoio, é importante que tenhamos em mente o quanto o desenvolvimento de um desses pólos de forma alheia aos outros é socialmente não desejado. Enquanto instância de diálogo, cabe a extensão abrir canais entre o conhecimento produzido pela pesquisa e as necessidades de conhecimento da sociedade de modo que essa fusão esteja presente nas aulas e nas discussões internas à universidade. (MAYORGA, 2010)

Operamos com a extensão, em nosso projeto, como uma visão e um horizonte em nossas práticas teóricas, de pesquisa e da construção de nossas ações de intervenção, de modo que as intenções de transformação e redução das desigualdades entre os saberes acadêmicos e populares possam, de fato, direcionar-nos para relações mais democráticas. Mais do que isso, a extensão, nesse contexto de democratização do ensino superior público, tem possibilitado que sujeitos negros e pobres – que foram sempre o alvo das políticas extensionistas – pensem e pratiquem a extensão enquanto sujeitos autores de sua própria realidade. Aqueles que, outrora, eram objetos de ações universitárias, hoje, tornam-

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



adop

UFMG



GD GERDAU



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



se membros da universidade e começam a querer construir e tecer pensamentos e ações sobre si mesmos e sobre os outros.

O projeto e suas ações

Ampliando a concepção sobre a participação dos discentes nas ações de extensão, e reconhecendo a universidade como um espaço social e político que reflete a sociedade à qual pertence, o Projeto Trajetórias de Estudantes Egressos de Escola Pública, Negros/as e Indígenas (PBEXT/PROEX/UFMG), desenvolveu uma extensão voltada “para dentro”, de modo a atender as demandas de alunos/as da própria UFMG. Medida essa, baseada nas atuais reflexões acerca do processo de democratização da universidade pública brasileira, sobretudo pela adoção de cotas nas universidades e instituições federais. Entendemos que devido à democratização universitária, tem ocorrido uma modificação social e étnico-racial no perfil do/a estudante, dessa forma, o projeto buscou desenvolver ações afirmativas e espaços de diálogos para o entendimento das formas de enfrentamento e resistência ao racismo e ao preconceito desses alunos/as dentro da universidade.

Esse projeto é vinculado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes que, por sua vez, é fruto do Programa Nacional Conexões de Saberes: Diálogos entre Universidade e Comunidades Populares (SECAD/MEC), implementado na UFMG entre 2002 e 2011, com a finalidade de desenvolver atividades acadêmicas que contribuíssem com o fortalecimento da formação acadêmica e política de estudantes universitários com trajetórias populares e negros. O núcleo Conexões busca colaborar, desde sua fundação (2012), com o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras; desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão que tem como objetivo: a) compreender, de uma perspectiva psicossociológica e psicopolítica, os processos da desigualdade social brasileira com foco na articulação entre questões de gênero, raça, sexualidade, território e geração; b) compreender processos de enfrentamento à desigualdade social brasileira através de análises de ações coletivas de resistência e ação política; c) desenvolver atividades de intervenção psicossocial que busquem contribuir com construção de dinâmicas menos

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



marcadas por eixos de desigualdade e opressão na sociedade brasileira.

Diante desses objetivos, o projeto Trajetórias teve ações desenvolvidas que incluíram uma Recepção Afirmativa aos alunos ingressos na UFMG e oficinas com o tema das trajetórias afirmativas; ambos atuando como forma de intervenção, contribuindo para a vizibilização, ampliação e o fortalecimento do debate sobre a democratização do ensino superior público. Todo esse trabalho foi realizado após um período de formação geral dos envolvidos no projeto e que teve como proposta, a leitura e o debate de textos acadêmicos que nos ajudassem a adentrar por temáticas teóricas e metodológicas para a construção de reflexões relacionadas a produção de ciência e da sociedade, democratização da universidade, ação afirmativa, militância, relações raciais, participação política e metodologias para a intervenção psicossocial.

Partindo de toda essa discussão, a Recepção Afirmativa foi desenvolvida considerando o atual contexto de democratização do ensino superior, composto pela adoção de cotas pelas instituições federais e pelas universidades. Inicialmente, o evento foi planejado para receber todos os calouros ingressos no segundo período de 2015, incluindo todos os cursos da UFMG. No entanto, o calendário acadêmico sofreu alterações devido à greve dos servidores administrativos o que nos impossibilitou de reservar salas e contar com a infraestrutura da universidade. Com a impossibilidade de realização de parte do conteúdo planejado, a recepção foi realizada com outra estrutura.

Dessa forma, o conteúdo inicial da recepção foi adaptado para um novo espaço, mais especificamente, uma apresentação dos grupos de pesquisa e extensão vinculados ao curso de Psicologia, oferecido pela Recepção de Calouros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). O momento dessa recepção foi utilizado, portanto, para apresentar o Núcleo e os demais projetos que o compõe; bem como dar boas vindas aos estudantes e auxiliá-los no processo inicial de inserção ao meio acadêmico. Contribuindo com essa ação, foram distribuídas cartilhas produzidas por alunos bolsistas da versão 2014 desse mesmo projeto de extensão, contendo informações sobre o funcionamento institucional e acadêmico da UFMG. A cartilha possui informações sobre as disciplinas, sobre projetos de pesquisa, como conseguir financiamento dos órgãos de fomento, informações de como acessar movimentos estudantis, como fazer curso de línguas e etc. A

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



elaboração dessa cartilha partiu de debates sobre as experiências de preconceito, discriminação, inclusão/exclusão e resistência dos estudantes, considerando-se os aspectos de intersecção das discriminações de gênero, raça e classe social. Todos os integrantes do Projeto Trajetórias, certamente, lamentaram a impossibilidade da realização da Recepção Afirmativa conforme o que foi proposto inicialmente. No entanto, também, ficamos satisfeitos com o alcance da recepção dentro das limitações institucionais que enfrentamos, principalmente, no que tange à abertura adquirida do debate politizado acerca do tema de ações afirmativas. Afinal, assumir tal postura afirmativa em uma instituição elitizada e brancocentrada será sempre um desafio político e que exige o exercício de revisão crítica dos canais institucionais.

Como reflexo desse debate supracitado e, através do levante em que propomos pautar a necessidade de uma recepção afirmativa que trate das especificidades dos sujeitos historicamente excluídos das dinâmicas elitistas das instituições de ensino, obteve-se uma abertura na UFMG. Após 89 anos de tradição em cerimônias de recepção aos calouros que não fogem aos moldes historicamente consolidados, no primeiro semestre de 2016, a recepção aos alunos ingressantes foi diferente. A partir de um recorte atencioso no tratamento com as trajetórias negras e populares, essa recepção contou com um viés que foi além das amarras institucionais e explorou mais a importância do câmbio entre universidade e comunidade, colocando a instituição como receptora de ensino, bem como um agente de transformação de sua realidade. Assim, partindo deste tema, a UFMG, em falas de Pró-reitores, assumiu responsabilidades acerca das próprias ações afirmativas - para além das cotas raciais e sociais -, compromissando-se com o combate a todas as formas de opressão e, perpassando pela assistência estudantil, como ponto estratégico para atingir esses sujeitos que podem contribuir muito com a universidade.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Considerações Finais

Reconhecer a importância das ações afirmativas é, também, jogar luz à potência que as trajetórias desses sujeitos trazem para a universidade e romper com a ideia de que a entrada de alunos negros e pobres arruinará com o pacto da excelência acadêmica. O projeto de sociedade e de universidade brasileira negou os aspectos e as potencialidades de um saber e de uma experiência que fosse afro-brasileira, multirracial e pluriétnica. Na direção contrária, uma das questões sobre a qual é preciso refletir, afirmativamente, diz respeito à construção de currículos – da educação infantil ao ensino superior - que não silenciem sobre a diversidade étnico-cultural e que expressem, sem estereótipos e preconceitos, as contribuições e visões de mundo dos diferentes grupos étnico-raciais que compõem a nação brasileira. (ZUBARAN & SILVA, 2012).

É importante que possamos construir projetos de pesquisa-extensão, disciplinas e demais inserções acadêmicas que viabilizem essas discussões sobre os processos de democratização do ensino superior público tão importantes para a fortificação de trajetórias e experiências acadêmico-políticas de sujeitos negros e populares. É preciso inventar novos referenciais enegrecidos, para essas atividades acadêmicas, o que encontrar-se-ia de comum acordo com a lei 10.639 que prevê o ensino sobre história de cultura afro-brasileira (história da África e dos africanos, bem como a luta e resistência dos negros no Brasil) nos estabelecimentos de ensino. Esses referenciais, certamente, não garantem, mas potencializam a possibilidade de que sujeitos da ação afirmativa sejam protagonistas de suas próprias lutas e construam coletividades mais democráticas e horizontais na universidade.

Nessa direção, tratar a universidade a partir de uma ótica da ecologia dos saberes, como proposto por Santos (2002), pode nos ajudar a entender o complexo problema de se pensar a execução das ações afirmativas no Brasil. Uma forma de se ler a ecologia de saberes é identificá-la como uma extensão ao contrário - de fora para dentro da universidade - com a promoção de diálogos entre o saber científico e o senso comum; isto é, os saberes dito leigos, populares, tradicionais, urbanos, rurais, e aqueles provindos de

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

culturas não ocidentais.

A recepção afirmativa e o projeto Trajetórias apoiam, nessa direção, um projeto extensionista que não seja vivido de forma transmissiva, mas que seja, principalmente, coparticipativo, dado que os sujeitos de fora e a comunidade historicamente externa hoje compõem o corpo discente da universidade. Sendo assim, não podemos mais operar com uma ideia de extensão como uma prestação de serviço. Mas, sim, como um caminho para a necessária oxigenação das práticas de ensino e pesquisa, em possamos conhecer os anseios e as necessidades sociais e políticas de maneira dialógica. As universidades, nesse sentido, devem ter uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia e na luta contra as desigualdades sociais e raciais. Por fim, a compreensão da extensão não pode servir, apenas, de dentro para fora da universidade; mas, fundamentalmente, em um movimento pluridirecional em que o mundo o externo à universidade coexista ao lado dela. Tudo isso equivale a romper com isolamentos entre os mais diferentes saberes, tomando todos esses como práticas socialmente constituídas e legítimas. (MAYORGA, 2010)

Compactuamos, portanto, com uma política de ação afirmativa que esteja compromissada com a potencialização da relação indissociável do ensino superior público (pesquisa/ensino/extensão); implicando-nos em uma luta por uma universidade que exista para além de órgãos de financiamento e normativas históricas anacrônicas, mas, sobretudo, que proponha mudanças curriculares e escolhas institucionais internas politizadas. Precisamos pensar, enfim, qual projeto de sociedade e universidade as ações afirmativas e as cotas podem nos ajudar na direção de uma verdadeira democracia racial no Brasil.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. Lopes, EMT et al, v. 500, p. 151-204, 2000.
- DA SILVA SOARES, Reinaldo. Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. Dimensões, n. 21, 2008.
- ESTRADA, Adrian Alvarez; RADELLI, Andressa Benvenuti. Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil. Cuadernos de Educación y Desarrollo, n. 44, 2014.
- FERES JR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. Sociologias, v. 17, n. 40, 2015.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, 2013.
- JÚNIOR, João Feres. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil para além da teoria da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 61, p. 163-226, 2006.
- KOWALSKI, Aline Viero. Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012.
- LERNER, Samara Mancebo. A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de negros de camadas médias do Rio de Janeiro. Sociedade e Cultura, v. 17, n. 2, 2015.
- MAYORGA, Claudia. Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MAYORGA, Claudia; COSTA, Fabíola Cristina Santos; CARDOSO, Tatiana Lúcia. Introdução: Universidade Pública no Brasil. Entre privilégios e direitos. MAYORGA, Claudia. Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre democratização

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-45, 2010.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. Revista Psicologia Política, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, 2007.

PAULA, Joanna D. A graduação superior como meio de mobilidade social: percepções e discursos de afro-brasileiros. Minho, 2013. 566f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Especialidade de Psicologia da Comunicação, Universidade do Minho, 2013.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Mudanças no Ensino de Graduação da UFMG: Análise e Perspectivas, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SEPA, Fernanda Mendonça. The theatre of William Butler Yeats: theory and practice. São Paulo, 1993. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, USP, 1993.

SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 117, n. 2, p. 219-246, 2002.

SITO, Luanda. Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil. universitas humanística, n. 77, p. 251-273, 2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. Ensino em Re-Vista, 2010.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, PBG. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 130-140, 2012.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

